

## TERMOS DE REFERÊNCIA

## Docente de Tétum Jurídico para lecionar no Centro de Formação Jurídica e Judiciária

Abertura de concurso para: Docente de Tétum Jurídico

Instituição de Acolhimento: Ministério da Justiça - Centro de Formação Jurídica e

Judiciária

Número de lugares a preencher: 1 (um)

Duração do Contrato: 1 ano, renovável por igual período

Local: Díli - Timor-Leste, Centro de Formação Jurídica e Judiciária

Prazo de candidatura: 12 de setembro de 2022

Data preferencial de início: Outubro de 2022

### Regime contratual:

Decreto do Governo  $n^{\circ}$  6/2015, de 18 de novembro, que fixa o regime jurídico dos Contratos de Trabalho a Termo Certo na Administração Pública.

#### ÂMBITO

Os presentes Termos de Referência (TdR) visam estabelecer as regras gerais do programa da disciplina de tétum jurídico, a ser ministrada nos cursos de formação inicial das carreiras jurídicas/judiciárias pelo Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), bem como os critérios de recrutamento e seleção dos docentes de tétum jurídico.



# GABINETE DO MINISTRO

## MISSÃO do Centro de Formação Jurídica e Judiciária

O CFJJ tem como missão promover e realizar a formação técnico jurídica, linguística e deontológica dos magistrados, defensores públicos e demais agentes da justiça, contribuindo para o desenvolvimento da boa administração da justiça e para o conhecimento e aperfeiçoamento do Direito.

Nessa qualidade, o CFJJ foi incumbido pelo Decreto-Lei No. 10/2020 de 25 de março que aprova o Novo Regime das Atividades de Formação do CFJJ e o Decreto-Lei No. 11/2020, de 25 de março que aprova a Estrutura Orgânica do Centro de Formação Jurídica e Judiciária e Primeira Alteração do Decreto-Lei No. 9, de 14 de junho, aprova a Orgânica do Ministério da Justiça, nomeadamente sobre atribuições do CFJJ previstas no artigo 2º do DL No. 10/2020 e no artigo 4º do DL No. 11/2020 de 25 de março.

# JUSTIFICAÇÃO e âmbito de aplicação do Programa de tétum jurídico

O CFJJ tem consciência de que o êxito das formações ministradas aos operadores judiciários depende em grande parte da qualidade da capacitação dos formandos em língua portuguesa, uma vez que essa língua é um instrumento essencial para que os formandos possam realizar os seus estudos, mas com a previsão na alínea c) do no. 3, do artigo 2º e 7º do Decreto-Lei nº. 11/2020, de 25 de março, cabe o CFJJ adotar uma política de ensino e aprendizagem bilingue e assegurar o ensino e a produção de materiais de apoio e conteúdos bibliográficos nas duas línguas oficiais. Em todos os cursos de formação inicial do CFJJ é obrigatório o ensino da língua portuguesa e da língua tétum, numa vertente orientada para a prática profissional jurídica e judiciária.



Portanto, pretende-se continuar a implementar um programa de ensino bilingue língua portuguesa e tétum jurídico destinado aos cursos de formação inicial das carreiras jurídicas/judiciárias, ministrados pelo CFJJ, nomeadamente para os cursos de formação para acesso às carreiras da Magistratura Judicial, Ministério Público e a Defensoria Pública, para os cursos de formação de Advogados Privados, Notários e Conservadores, Oficiais de Justiça e outros profissionais da justiça e do direito a fim de acelerar a aprendizagem de tétum jurídico, nomeadamente em relação às habilidades essenciais para atuação judiciária.

Esse programa estará atento às especiais e reais necessidades de conhecimento linguístico e jurídico dos operadores judiciários, e organizará o conteúdo da disciplina de forma a enfatizar certos aspetos da língua relevantes que permitam aos formandos trabalhar a descrição dos factos nas peças processuais e através dessas atividades desenvolver o raciocínio lógico e jurídico ambas em duas línguas oficiais.

Os formadores que integrarem esse programa deverão aceitar trabalhar sob a coordenação do CFJJ e juntamente com os demais formadores, em harmonia com as regras da formação, coordenando a sua agenda de atividades e férias com as necessidades do Centro, uma vez que os cursos de formação não estão vinculados ao calendário escolar e letivo de Timor-Leste.

# Características e objetivos do programa de Língua Tétum Jurídico

O presente programa tem como caraterística principal acentuar a integração entre as disciplinas da área jurídica e da área linguística, de forma que a disciplina de língua tétum seja o meio para desenvolver o conhecimento jurídico do formando.



### Objetivos em relação ao CFII:

- Abordar a disciplina de língua tétum na vertente de tétum jurídico, de forma a inseri-la nos cursos iniciais de preparação para as carreiras jurídicas/judiciárias, nomeadamente os cursos de formação de magistrados e defensores públicos, advogados privados, notários e conservadores, oficiais de justiça e outros agentes que participam na administração da justiça;
- Inserir a disciplina de língua tétum no currículo das diversas ações de formação ministradas no CFJJ, como tétum jurídico, de forma a adequar a estrutura da formação linguística às especificidades do ambiente jurídico e judicial e às necessidades dos destinatários da formação;
- 3. Implementar um novo método de trabalho e criar registos sobre o desenvolvimento da disciplina e os resultados obtidos.

### Objetivos em relação ao formando

- Capacitar o formando para trabalhar nos tribunais e demais instituições do Estado, utilizando como veículo de comunicação e transmissão a língua tétum jurídico;
- 2. Desenvolver a capacidade de operacionalização em língua tétum jurídico;
- 3. Aumentar a capacidade de leitura crítica e elaborar a síntese do conteúdo;
- 4. Aperfeiçoar a habilidade de verbalização de ideias, por meio da elaboração de textos com coerência e coesão;
- 5. Estruturar textos com fluência, clareza e precisão vocabular;
- 6. Reconhecer e corrigir erros de ordem gramatical e discursiva;
- 7. Desenvolver o raciocínio lógico, linguístico e jurídico do formando, de modo a incutir-lhe o espírito critico.
- 8. Aperfeiçoar nos formandos a compreensão e redação de documentos jurídicos.



#### **METODOLOGIAS**

Atividades de expressão escrita e oral, debates a partir de casos e filmes, estratégias de diálogo dirigido, leitura e interpretação de textos livres e jurídicos, análise de casos, interpretação e redação de documentos jurídicos, interpretação de legislação, entre outras.

### FUNÇÃO e descrição das atividades

O/a docente tem como principal função ministrar a disciplina de língua tétum jurídico aos formandos do CFJJ, em regime de 40 horas semanais, competindo-lhe designadamente:

- Desenvolver atividades que lhe forem atribuídas pelo CFJJ, dentro da mencionada carga horária;
- 2. Elaborar os planos de aula da disciplina de tétum jurídico e abordar temas jurídicos contextualizando assuntos de outras disciplinas;
- Preparar as aulas em coordenação com os demais formadores do curso, a fim de promover a integração dos temas nas diferentes disciplinas;
- 4. Ministrar as aulas de língua tétum jurídico contextualizadas na realidade do operador judiciário timorense;
- 5. Desenvolver os temas planeados de forma a capacitar os formandos a usar a língua tétum jurídico no ambiente judicial;
- 6. Promover a reflexão sobre os temas estudados, de forma a desenvolver o raciocínio lógico-dedutivo dos formandos em matéria jurídica;
- Desenvolver a organização de ideias do formando em conformidade com a lógica e a cronologia dos factos;
- 8. Apoiar a planificação, organização e gestão do curso, se lhe for solicitado;



### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA GABINETE DO MINISTRO

- 9. Fazer registos diários dos seguintes aspetos relacionados com as atividades letivas: sumários das aulas; cumprimento/não cumprimento do plano de aula; delinear objetivos a atingir; anotar o desempenho dos formandos; relatar dificuldades encontradas; identificação/individualização dos casos (formandos) que tenham dificuldades de aprendizagem; realizar planos de recuperação do formando, caso persista um ritmo de aprendizagem mais lento; reflexão sobre as metodologias usadas e alteração das mesmas, em caso de necessidade;
- Propor à coordenação da formação um relatório mensal acerca do cumprimento do plano de disciplina e dos elementos enunciados no ponto anterior;
- 11. Apresentar relatório mensal da assiduidade, pontualidade e desempenho dos formandos;
- 12. Realizar análises estatísticas das observações registadas em aulas e dos progressos obtidos na disciplina;
- 13. Proceder às avaliações da disciplina de forma a contemplar os critérios qualitativos e quantitativos descritos nos planos de formação e na legislação timorense;
- 14. Preparar os testes, trabalhos e outros elementos de avaliação, com o apoio dos formadores das disciplinas da área jurídica, a fim de garantir a adequação das questões jurídicas abordadas nas avaliações dos formandos;
- 15. Apoiar os formandos na busca de recursos e materiais de pesquisa e elaboração de textos jurídicos, se for requisitado.



O/a docente selecionado/a fica sujeito à Direção do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, inclusive quanto a ajustes no horário de trabalho, atividades relacionadas com a formação e marcação do período de férias.

## PERFIL profissional dos candidatos

São critérios de seleção dos candidatos:

- Ter a formação de língua tétum jurídico e ter desenvolvido tradução jurídica nas duas línguas oficiais de Timor-Leste;
- Ter experiência profissional no ensino da língua tétum e exercer as funções de ensino de língua tétum há pelo menos 2 anos;
- Possuir capacidade de trabalho em equipa e de colaboração ativa com os demais membros do corpo docente/formador, no quadro das diversas atividades formativas cometidas ao CFJJ;
- 4. Ter experiência relevante na formação de adultos;
- Possuir experiência relevante no ensino de língua tétum para pessoas não falantes do tétum como língua materna;
- Vocação pedagógica, com curso de formação de formadores, tendo em conta as metodologias mais adequadas à formação profissional.
- 7. Possuir conhecimentos de informática na ótica do utilizador.

## FACTORES preferenciais

É considerado fator preferencial na seleção do candidato:

 Ter experiência como professor de língua tétum jurídico associada a uma língua estrangeira, no mínimo de cinco anos;



- 2. Ter experiência de ensino de língua tétum para as Instituições Públicas e Privadas em Timor-Leste.
- 3. Ter o domínio da língua portuguesa.

Para efetuar a candidatura, deve enviar CV completo acompanhado de uma carta de motivação para: <a href="https://honorio.aureliano@gmail.com">honorio.aureliano@gmail.com</a> e <a href="mailto:ferreiralourenco571@gamil.com">ferreiralourenco571@gamil.com</a> até ao dia 12 de setembro de 2022.

Apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados.

Díli, zzde agosto de 2022

Aprovado

O Ministro da Justiça

Dr. Tiago Amaral Sarmento